

RESUMO

Estratégias de Desenvolvimento Nacional ou Estratégias Compartilhadas de Desenvolvimento? As Relações Brasil-Argentina nos Governos Lula e Néstor e Cristina Kirchner (2003-2010)

Encontra-se em curso na América do Sul um movimento de ascensão de governos autodenominados de centro-esquerda. Os governos Lula, no Brasil e Néstor e Cristina Kirchner, na Argentina, fizeram parte do movimento. Inicialmente, havia expectativas de convergência das agendas externas na defesa da integração regional orientada para o desenvolvimento econômico e social, particularmente no âmbito do Mercosul. Estas expectativas, porém, não se concretizaram. Este artigo tem como objetivo compreender as razões que levaram os impasses no processo de integração entre Brasil e Argentina. Os governos de ambos os países reconheceram a importância da sua parceria estratégica para o impulso à integração regional e à competitividade de seus setores produtivos no mercado internacional. No entanto, suas relações foram fortemente influenciadas pelas suas respectivas estratégias domésticas de desenvolvimento. Não houve compartilhamento das suas estratégias de desenvolvimento, mas a defesa de setores produtivos domésticos, o que acabou por frear o processo de integração.

Palavras-chave: *Desenvolvimento; integração; Lula; Néstor Kirchner; Cristina Kirchner.*

ABSTRACT

National Development Strategies or Shared Development Strategies? The relations Brazil-Argentina during Lula and Néstor and Cristina Kirchner mandates' (2003-2010)

There is currently a movement of ascension of self-proclaimed center-left governments in South America. The administrations of Lula, in Brazil, and Néstor and Cristina Kirchner, in Argentina, were part of this movement. Initially, there were expectations around the convergence of their foreign policies in favor of a kind of regional integration oriented by economic and social development. However, these expectations failed to materialize. This article aims to analyze the reasons behind the impasses in integration process between Brazil and Argentina. The governments of both countries recognized the importance of their strategic partnership on the regional integration impulse and on the competitiveness of their industries in the international markets. However, Brazil-Argentina relations were strongly influenced by their respective domestic development strategies. There was no sharing of their development strategies, but the defense of domestic industries, which eventually slowed down the integration process.

Keywords: *Development; integration; Lula; Néstor Kirchner; Cristina Kirchner.*

Estratégias de Desenvolvimento Nacional ou Estratégias Compartilhadas de Desenvolvimento? As Relações Brasil-Argentina nos Governos Lula e Néstor e Cristina Kirchner (2003-2010)

Roberta Rodrigues Marques da Silva¹

INTRODUÇÃO

A América do Sul atravessou transformações políticas e econômicas importantes nos últimos dez anos. A ascensão de governos autodenominados de centro-esquerda em diversos países², combinada a um cenário econômico internacional inicialmente virtuoso, permitiu a inédita expansão da economia dos países da região combinada com política de inclusão social. No âmbito das relações intra-regionais, era grande a expectativa de convergência das agendas externas na defesa da integração regional orientada para o desenvolvimento econômico e social. Estas expectativas tornaram-se particularmente visíveis no momento em que Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner foram eleitos presidentes no Brasil e na Argentina, tendo ambos iniciado seus mandatos em 2003.

Uma década após a eleição de Lula e Néstor Kirchner, o projeto de integração regional – particularmente no âmbito do Mercosul – enfrenta inúmeros percalços. As relações entre Brasil e Argentina experimentaram momentos de tensão em diversas oportunidades, seja no plano das relações bilaterais (comércio exterior), das relações regionais (paralisação do processo de institucionalização do Mercosul e divergências em relação a outros esquemas de integração regional, como a Unasul), ou das relações globais (divergências nas negociações da Rodada de Doha da OMC). Não houve, contudo, retorno à histórica rivalidade

1 Doutoranda em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

2 Argentina (Néstor e Cristina Kirchner), Bolívia (Evo Morales), Brasil (Lula e Dilma Rousseff), Equador (Rafael Correa), Paraguai (Fernando Lugo), Peru (Ollanta Humala), Uruguai (Tabaré Vázquez e José Mujica), Venezuela (Hugo Chávez) são os países onde, recentemente, assistiu-se à eleição de governos autodenominados de esquerda e centro-esquerda. Cumpre salientar a destituição de Fernando Lugo, no Paraguai, e o tom conservador adotado por Ollanta Humala, no Peru, como contratempos importantes na “onda” da esquerda sul-americana. Além disso, deve ser salientada a eleição de Sebastián Piñera, no Chile, após vinte anos de governos de centro-esquerda no país.

entre os dois países pela liderança na América do Sul. Pelo contrário, Lula, Néstor Kirchner e sua sucessora, Cristina Kirchner, reafirmaram seu compromisso com a manutenção da parceria estratégica, minimizando as controvérsias surgidas na agenda externa.

Reconhecendo a importância da manutenção da parceria estratégica entre Brasil e Argentina, este artigo tem como objetivo compreender as razões que levaram aos impasses observados nas relações entre Brasil e Argentina nos governos Lula e Néstor e Cristina Kirchner. Defende-se a hipótese que a agenda das relações entre os dois países foi fortemente influenciada pelas suas respectivas estratégias domésticas de desenvolvimento³. Não houve, no âmbito das relações Brasil-Argentina, compartilhamento de estratégias de desenvolvimento, mas a adoção de estratégias de promoção de setores produtivos domésticos, o que acabou por frear o processo de integração.

Além desta introdução, o artigo é dividido em cinco partes: em primeiro lugar, será realizada uma breve exposição sobre as mudanças observadas no contexto internacional no período analisado. Em segundo lugar, serão analisados os aspectos centrais das estratégias de desenvolvimento adotadas no governo Lula e seus impactos na condução da política externa brasileira. Posteriormente, será discutida a agenda de desenvolvimento adotada pelos governos Néstor e Cristina Kirchner (em seu primeiro mandato), atentando para seus aspectos convergentes e divergentes, bem como para a implementação da política externa argentina no período. Em seguida, serão analisadas as relações Brasil-Argentina nas esferas bilateral, regional e global. Comentários finais encerram o artigo.

1. A ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL EM TRANSFORMAÇÃO

O contexto internacional no qual operaram os governos Lula e Néstor e Cristina Kirchner conheceu momentos marcadamente distintos. A crise financeira internacional de 2008 representou um momento de ruptura: até então, registrava-se um prolongado período de elevação dos preços das commodities no mercado internacional e oferta de crédito a taxas de juros reduzidas. Apesar da crise, os preços das commodities se mantiveram elevados, sustentados pela demanda proveniente de potências em ascensão, particularmente da China. O acesso ao crédito externo, porém, tornou-se mais difícil, levando os governos de Brasil e Argentina a engendram esforços para expansão do crédito no nível doméstico.

No primeiro momento, os governos Lula (em seu primeiro mandato) e Néstor Kirchner beneficiaram-se de um contexto econômico internacional positivo, com forte expansão das exportações agropecuárias de Brasil e Argentina. Os efeitos positivos do cenário internacional, porém, traduziram-se de modo distinto nos dois países, haja vista a severa crise econômica experimentada pela Argentina e a limitação do acesso ao crédito, ocasionada pela moratória da dívida pública em 2001.

3 Não se defende aqui que as decisões tomadas no âmbito internacional não produzam impacto nas agendas domésticas; de fato, elas o produzem. Argumenta-se, porém, que as negociações internacionais se desenvolvem de acordo com o que Putnam denominou “jogos de dois níveis”: as negociações no nível nacional e internacional se influenciam mutuamente. No nível nacional, os grupos de interesse exercem pressão sobre os governos, e os partidos políticos formam coalizões com estes grupos na busca pelo poder. No nível internacional, “governos nacionais buscam maximizar sua própria capacidade de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as consequências adversas dos desenvolvimentos exteriores” (PUTNAM, 1993: 436. Tradução nossa).

No segundo momento, já durante o segundo mandato de Lula e no governo Cristina Kirchner, o cenário de crédito farto se viu abalado pela crise financeira internacional, acabando por, momentaneamente, impactar negativamente o crescimento econômico brasileiro e argentino. A retomada do crescimento ocorreria em seguida, em razão das medidas anticíclicas adotadas por estes governos em resposta à crise, que favoreceram a retomada do consumo e da produção no nível doméstico. Os dois países foram favorecidos ainda pela manutenção da elevada demanda por *commodities* agropecuárias.

A crise internacional evidenciou a tendência de crescimento da importância da China no cenário internacional, particularmente no âmbito da economia política internacional. A China converteu-se em parceiro comercial preponderante para Brasil e Argentina, passando a desempenhar também papel importante nos investimentos estrangeiros diretos realizados nestes países.

Além da ascensão chinesa, o período foi marcado pela emergência, no cenário mundial, de potências médias que, até então, eram consideradas potências apenas no âmbito de suas relações regionais. Os países reunidos no acrônimo BRICs – Brasil, Rússia, Índia e, novamente, China – passaram a ser reconhecidos pela sua importância econômica e política. Os quatro países articularam-se em foros multilaterais como o FMI e a OMC⁴, na defesa de seus interesses e em reação às propostas das potências desenvolvidas. Os BRICs encontraram dificuldade, porém, em construir uma agenda positiva comum.

Cabe salientar ainda a participação dos BRICs de outras potências menores – inclusive a Argentina – no G-20⁵, grupo ampliado de discussões sobre a arquitetura financeira internacional, até então composta pelos países de industrialização avançada e pela Rússia, o G-8. A crise revelou a necessidade de soluções concertadas entre as potências em ascensão. No entanto, as reuniões do G-20 não alcançaram o objetivo de coordenação entre os países na reforma institucional das finanças internacionais.

As transformações observadas nas relações internacionais no período analisado apresentaram oportunidades e desafios diversos aos governos de Brasil e Argentina. A agenda de desenvolvimento de ambos foi orientada pela necessidade de impulsionar a produção interna e o mercado consumidor doméstico, sem perder de vista a necessidade de inserção assertiva de suas empresas no mercado internacional, indispensável no contexto da globalização da economia. As respostas aos incentivos e limites postos pelas relações internacionais foram, porém, distintas em ambos os países, expressas em suas estratégias de desenvolvimento. Estas, por sua vez, produzem impactos nas suas agendas externas e nas suas interações nas múltiplas dimensões das relações exteriores.

2. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO NO GOVERNO LULA

Lula foi eleito presidente no final de 2002, assumindo seu primeiro mandato em 1º de janeiro de 2003. A campanha eleitoral que o levou à vitória foi marcada pelo mote da *mu-dança*, alinhada à moderação das propostas do presidencialismo. A famosa “Carta ao Povo Brasileiro” expressava o compromisso com a estabilidade macroeconômica e o pagamento

4 Na OMC, a articulação se deu entre Brasil, Índia e China, visto que a Rússia só passou a integrar a organização em 2011.

5 Conhecido como “G-20 das finanças”, em contraposição ao grupo articulado no âmbito da OMC, conhecido como “G-20 do comércio”, este exclusivamente composto por países em desenvolvimento.

dos juros da dívida pública. Vale lembrar que, durante a campanha, houve forte especulação financeira em torno da sua provável vitória, que levou à acentuada perda do valor da moeda brasileira (VADELL; LAMAS; RIBEIRO, 2009).

O primeiro mandato de Lula (2003-2006) foi marcado pela preocupação com a estabilidade macroeconômica, com ênfase nas metas de superávit fiscal e manutenção de elevadas taxas de juros, a fim de conter a inflação. Segundo Erber, a continuidade destas políticas se explica pela permanência de uma coalizão de sustentação da corrente de pensamento “institucionalista restrita”, hegemônica durante a década de 90, em postos-chave como o Ministério da Economia e o Banco Central. Esta coalizão rivalizava, no âmbito do governo, com uma coalizão alternativa emergente, defensora de políticas neodesenvolvimentistas, cujas ideias se expressam no Plano Plurianual de Aplicações 2003-2007 (PPA), e na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) (ERBER, 2011).

Boschi destaca que a preocupação com a estabilidade macroeconômica no governo Lula não deve ser tomada como indicador da continuidade em relação ao governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso. Desde o início, o governo buscou introduzir mudanças, incluindo nos aparatos institucionais representantes do setor produtivo e do sindicalismo. As diversas mudanças institucionais introduzidas, necessárias à promoção do desenvolvimento, foram operadas a partir de três eixos centrais: (i) a reativação de foros institucionais de participação dos grupos socioeconômicos (com destaque para o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES e para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial – CNDI); (ii) a inclusão de líderes com raízes sindicais na esfera burocrática, inclusive no primeiro escalão do governo; (iii) o papel crescente dos fundos de pensão no sistema financeiro, trazendo os trabalhadores para o centro da dinâmica de financiamento de projetos voltados para o desenvolvimento (BOSCHI, 2011).

O governo Lula também inovou na área social: unificou programas preexistentes de assistência social, lançando o Bolsa Família, programa de subsídios a famílias com filhos menores de idade. A concessão do benefício exigia, como contrapartida, que crianças e adolescentes cumprissem uma agenda de vacinação e frequentassem a escola.

Em 2006, Lula foi reeleito. Desde o início do seu segundo mandato (2007-2010), os setores desenvolvimentistas do governo ganharam centralidade, criticando os baixos índices de crescimento econômico registrados no seu primeiro mandato. A partir de então, houve uma reorientação das políticas adotadas. A agenda de estabilidade macroeconômica foi mantida, mas foram anunciadas medidas de estímulo ao investimento, com destaque para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o qual previa a expansão dos investimentos públicos e o estabelecimento de parceiras público-privadas, com o objetivo de expandir a economia (VADELL; LAMAS; RIBEIRO, 2009). A prioridade concedida ao PAC representou um avanço na participação da coalizão neodesenvolvimentista no governo, o que também se revelou na escolha de Guido Mantega para ocupar o Ministério da Fazenda (ERBER, 2011).

A agenda defendida pela coalizão neodesenvolvimentista viria a ganhar centralidade a partir da crise financeira internacional, em 2008. O governo adotou medidas anticíclicas, de inspiração keynesiana, que incluíam: (i) a elevação do crédito ao consumo, favorecido ainda pela expansão real do salário mínimo e da renda do trabalhador; (ii) reduções pontuais do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que também visavam a ampliação do

consumo; (iii) o papel protagonista do BNDES no desembolso de recursos para financiamento da atividade privada, com destaque para o setor de infraestrutura⁶; (iv) o Programa Minha Casa, Minha Vida, que previa a concessão de linhas de financiamento para a casa própria voltadas especificamente para famílias com renda média e baixa, estimulando a construção civil (BOSCHI, 2010).

Inicialmente, a economia brasileira registrou crescimento próximo a zero, em 2009, como consequência dos efeitos da crise financeira internacional. O conjunto de medidas adotado pelo governo, porém, logo surtiu o efeito desejado, permitindo a recuperação da economia. A expansão do mercado consumidor doméstico foi viabilizada pela inclusão de dezenas de milhões de indivíduos nas classes médias da sociedade, ocasionadas pelas já mencionadas políticas sociais bem-sucedidas e pelo aumento do nível de emprego e da renda dos trabalhadores.

2.1 A Política Externa do Governo Lula

Se, no âmbito da política macroeconômica, o primeiro mandato de Lula não se traduziu em uma mudança de orientação, a defesa do desenvolvimento ocupou, desde o início, proeminência na agenda da política externa. Lula privilegiou uma política externa que preconizava a autonomia, questionando a legitimidade do arranjo unipolar nas relações internacionais. Manteve parcerias tradicionais, mas buscou também firmar parcerias estratégicas a partir do eixo sul-sul, com destaque para a aproximação em relação a potências regionais como Rússia, China, Índia e África do Sul (BERNAL-MEZA, 2008).

Com a eleição de Lula, a escola de pensamento autonomista do Itamaraty ganhou proeminência, inserindo na agenda a necessidade de reforma das instituições internacionais. Esta escola defende que instituições não são politicamente neutras, refletindo a distribuição de poder no sistema internacional, o que favorece os países do norte. Justifica-se, assim, a demanda pela reforma das instituições internacionais no âmbito global. Já no nível regional, os autonomistas julgam a integração necessária, considerando-a “um caminho para ganhar acesso aos mercados estrangeiros, fortalecendo a posição de barganha do país nas negociações econômicas internacionais, e projetando a indústria brasileira na região.” (SARAIVA, 2010: 154. Tradução nossa).

Paralelamente, intelectuais e líderes políticos ligados ao PT ganharam centralidade na condução da política externa, com destaque para a indicação de Marco Aurélio Garcia para o cargo de Assessor Especial para Assuntos Internacionais. Estes atores possuíam agenda própria, privilegiando o regionalismo no espaço sul-americano (em oposição à integração latino-americana)⁷. Mantinham particular afinidade com governos de países críticos do neoliberalismo. Além disso, acreditavam que o Brasil deveria assumir maiores custos associados à construção de uma liderança regional, particularmente no caso do Mercosul (SARAIVA, 2010).

Alguns analistas chegaram a afirmar, ainda durante o primeiro mandato de Lula, que a política externa adotada atendia aos interesses do Partido dos Trabalhadores, o partido do

⁶ Vale destacar que a política de concessão de crédito do BNDES já havia se iniciado antes da crise de 2008, mas assumiu centralidade com os efeitos desta.

⁷ O espaço latino-americano deixou de ser considerado prioritário para a agenda de integração proposta pelo Brasil desde a adesão do México ao Nafta.

presidente (ALMEIDA, 2004). No entanto, embora a política externa do governo Lula possua traços próprios, claro está que não houve ruptura com a orientação da política externa do governo Cardoso, mas diferentes ênfases na sua condução. A concepção da América do Sul enquanto espaço privilegiado para integração regional, a participação crítica em instituições internacionais e a perspectiva da diplomacia como instrumento para abertura de mercados às exportações brasileiras já se encontravam presentes na política externa no governo Cardoso, pelo menos desde o seu segundo mandato (VISENTINI; SILVA, 2010).

No âmbito global, “a diplomacia do governo Lula passou a considerar o multilateralismo como um movimento amplo de desconcentração e de novas regulamentações do poder no sistema internacional, de modo que fossem mais favoráveis aos países em desenvolvimento” (OLIVEIRA, 2005: 02). A este movimento, Vigevani e Cepaluni denominaram “autonomia pela diversificação”. Esta estratégia se traduziu na participação ativa do Brasil em instituições internacionais. Aceitavam-se os princípios e normas das instituições internacionais, mas o Brasil passou a articular em seu âmbito alianças sul-sul, a fim de elevar sua capacidade de barganha frente às potências centrais (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

O Brasil passou a participar de grupos de geometria variável, mantendo relações com Índia, África do Sul, Rússia e China (G-3/Ibas, com os dois primeiros, e G-5/BRICS com os quatro), além de dar continuidade à parceria com os países do G-20 do comércio, formado ainda na gestão Cardoso. As parcerias estratégicas firmadas no eixo sul-sul, contudo, não eram excludentes em relação à cooperação com os países do norte. O Brasil também passou a participar do já mencionado G-20 das finanças, além de reforçar as relações com parceiros tradicionais, como Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental. Também se articulou com Alemanha, Japão e Índia, formando o chamado G-4, na busca pela reforma do Conselho de Segurança da ONU, de modo a lhes garantir um assento permanente (LESSA, 2010).

Lula privilegiou a ampliação dos arranjos institucionais regionais, apoiando a criação da Unasul. Deu prosseguimento também a iniciativas de integração física, como a IIRSA, além de negociar a abertura de mercados vizinhos à participação das empresas brasileiras. A construção de uma liderança regional se pautava pelo objetivo de construir uma base de apoio sul-americana para projeção global do Brasil enquanto potência média (BERNAL-MEZA, 2008).

A proeminência da liderança brasileira no âmbito regional acabou por gerar desconfiança nos países vizinhos (LESSA, 2010). Malamud sublinha que os intentos brasileiros para formação de um bloco sul-americano de atuação no nível dos foros multilaterais sob sua liderança não encontrou respaldo entre seus vizinhos. A diplomacia brasileira viu frustradas, por exemplo, as pretensões de seus candidatos aos postos de Diretor Geral da OMC e de Presidente do BID, além de ver rechaçada, pelos países vizinhos, sua demanda por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (MALAMUD, 2010). A intenção brasileira em firmar sua posição enquanto liderança regional encontrou resistência, particularmente, na Argentina, segunda potência na América do Sul.

A política externa brasileira possui características de política de Estado. Por isso, não é possível afirmar que ela estivesse condicionada pela política doméstica. Ainda assim, houve uma *articulação* entre a política externa do governo Lula e as estratégias de desenvolvimento adotadas no plano doméstico: buscava-se a ampliação do acesso a mercados, seja através ampliação dos vínculos comerciais, seja através da abertura de mercados ao investimento

das empresas brasileiras. A ênfase nas relações sul-sul foi central para a promoção desta estratégia de desenvolvimento.

3. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO NOS GOVERNOS NÉSTOR E CRISTINA KIRCHNER

Néstor Kirchner elegeu-se presidente em 2003, no contexto de uma delicada situação política, econômica e social na Argentina. Sagrou-se eleito com o apoio do então presidente Eduardo Duhalde, após a desistência de Carlos Menem, candidato mais votado no primeiro turno, em participar do segundo turno das eleições, em vista da elevada rejeição à sua figura no eleitorado argentino.

Menem havia sido presidente da Argentina na década de 90, quando implementou profundas reformas de orientação neoliberal, além de adotar um regime de câmbio fixo. Estas políticas acabaram por levar o país à mais grave crise da sua história recente. A recessão, cujo ápice ocorreu em 2001, levou a pobreza a níveis sem precedentes, além de níveis de desemprego que chegavam a 20%. Protestos populares, marcados pelo mote de rejeição da classe política “*que se vayan todos*”, levaram à renúncia do então presidente Fernando de la Rúa. Após a passagem de outros quatro presidentes em menos de dez dias, finalmente foi escolhido Eduardo Duhalde para presidir o país até as eleições de 2003 (SILVA, 2009).

Durante o seu governo, Duhalde assumiu a tarefa de estabilizar o país nas esferas econômica, política e social. Ratificou a moratória da dívida pública – anunciada durante a brevíssima gestão de Adolfo Rodríguez Saá –, determinou o fim do regime de conversibilidade cambial. Ele e seu ministro da economia, Roberto Lavagna, introduziram um novo regime cambial, denominado “câmbio competitivo”, que mantinha o peso em níveis desvalorizados frente ao dólar. Este regime cambial permitiu o crescimento das exportações de *commodities* – favorecidas ainda pelos elevados preços destes produtos no mercado internacional – e a industrialização substitutiva de importações. As medidas adotadas permitiram a recuperação da economia argentina, que passaria a registrar elevados níveis de crescimento do PIB, em torno de 8% ao ano, com redução dos níveis de desemprego e pobreza (FRENKEL; RAPETTI, 2006).

Na área social, o governo Duhalde inaugurou o programa *Jefes y Jefas de Hogares*, o qual previa a concessão de subsídios a chefes de família desempregados, com filhos menores de dezoito anos. Em contrapartida, exigia-se que crianças e adolescentes frequentassem a escola e que o beneficiário participasse de programas comunitários, voltados para capacitação profissional (FONSECA; VIANA, 2007). Este programa perdeu centralidade com o tempo, conforme os trabalhadores desempregados foram absorvidos pelo mercado em expansão (BONVECCHI; GIRAUDY, 2007).

O legado deixado por Duhalde para seu sucessor, Néstor Kirchner, possuía marcos positivos, mas também desafios. Por um lado, Kirchner recebia as políticas que permitiram a estabilização da economia e o fim da convulsão social. Por outro lado, deveria lidar com difíceis negociações com empresários (particularmente de origem estrangeira), credores da dívida em moratória e com o FMI. Em todas estas frentes, Kirchner assumiu uma postura dura nas negociações, atribuindo a estes agentes parte da culpa pelo fracasso econômico argentino de 2001 (SILVA, 2009).

Kirchner manteve o regime de câmbio competitivo, que garantia a expansão das exportações e a industrialização. Fomentou a expansão do mercado interno, impulsionado pelo aumento do consumo associado à retomada do emprego e à expansão da renda. Vale destacar que o aumento dos salários ocorreu mediante a reativação de foros de negociação tripartites, que incluíam o Estado, os empresários e os sindicatos (DELAMATTA, 2008; ETCHEMENDY; COLLIER, 2008).

Em meados do governo Kirchner, a Argentina passou a registrar aceleração da inflação. Para contê-la, o governo buscou implementar acordos de preços, elevou os subsídios, e determinou aumentos pontuais dos tributos às exportações agropecuárias. Também levou adiante a polêmica intervenção no Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC), em 2007. Desde então, os índices oficiais de inflação padecem de baixa legitimidade, situando-se sempre em níveis inferior aos divulgados pelas províncias e por estimativas privadas (BONVECCHI; GIRAUDY, 2008).

O governo Kirchner deu prosseguimento ao programa *Jefes y Jefas de Hogares*. Não foram adotadas, contudo, políticas sociais de cunho universalizante. Merece menção o fato de o aumento da renda, no âmbito das negociações tripartites, ser extensível somente aos trabalhadores formais, em um país com grande participação da mão de obra no mercado de trabalho informal (ETCHEMENDY; COLLIER, 2008).

Kirchner encerrou seu mandato com elevada popularidade, graças ao desempenho econômico favorável, queda do desemprego e da pobreza. Nas eleições presidenciais de 2007, apoiou a candidatura de Cristina Fernández de Kirchner, sua esposa e senadora nacional. Cristina foi eleita em primeiro turno, tendo recebido quase metade dos votos válidos.

Cristina manteve o regime cambial competitivo, sustentação do que o governo conveniou chamar de “*modelo*”. Não tratou, porém, das pressões inflacionárias que marcaram a economia durante todo seu primeiro mandato, mantendo a intervenção no INDEC e, consequentemente, a manipulação dos índices oficiais de inflação. Anunciou, ademais, restrições pontuais às exportações de gêneros alimentícios presentes na cesta básica argentina, a fim de conter a escalada de preços (BONVECCHI; GIRAUDY, 2007; 2008).

Logo no seu primeiro ano de governo, Cristina enfrentou duas crises, de origens distintas, mas que impactaram fortemente o cenário político e econômico. Entre março e julho de 2008, seu governo enfrentou manifestações dos produtores rurais, em reação à instauração das chamadas “retenções móveis” às exportações agrícolas. No final do ano, teve que lidar com os efeitos da crise financeira internacional, que levou, inicialmente, à queda brusca dos níveis de crescimento argentino, que seria retomado já em 2010.

A crise com os produtores rurais foi detonada pela introdução de um esquema de tributação móvel sobre as exportações agropecuárias, em março de 2008, cujas alíquotas seriam fixadas de acordo com o valor das *commodities* no mercado internacional. As entidades representativas dos produtores rurais se uniram em protestos contra o governo, que geraram desabastecimento nos supermercados e queda da popularidade da presidente. Para o governo Cristina, as retenções às exportações eram consideradas essenciais para a manutenção do modelo econômico, uma vez que: (i) controlavam os preços dos produtos no mercado doméstico; (ii) transferiam renda dos setores beneficiados pelo regime de câmbio

competitivo (os setores agroexportadores) para as camadas mais pobres da sociedade, visto que a arrecadação tributária tinha dentre seus objetivos o financiamento de programas sociais. A questão só foi resolvida com a derrubada da medida no Senado, que gerou uma crise na base de apoio ao governo.

A crise financeira internacional, por sua vez, levou o governo a adotar uma série de medidas anticíclicas, incluindo a elevação dos investimentos públicos e do crédito ao consumo. Também adotou mudanças institucionais importantes, como a criação do Ministério da Produção, com ênfase no planejamento das políticas voltadas para a produção agropecuária e industrial⁸.

O governo Cristina inovou no âmbito das políticas sociais, aí incluídas as políticas previdenciárias e assistenciais. Por um lado, reintroduziu o sistema de previdência pública, que havia sido privatizado na década de 90. Trata-se de uma medida de viés universalista, orientação que esteve ausente durante o governo Néstor Kirchner. Por outro lado, introduziu um novo programa social, a *Asignación Universal por Hijo*. Este programa prevê a concessão de subsídios a “trabalhadores informais, desempregados e de serviço doméstico, que tenham filhos menores de 18 anos ou estejam grávidas”, com o objetivo de reduzir os índices de indigência no país (ARGENTINA, 2011. Tradução nossa).

Em 2010, Néstor Kirchner faleceu. O funeral do ex-presidente foi acompanhado por milhares de argentinos, além de milhões de outros que o acompanharam pela televisão. A viuvez da presidente levou a uma interrupção, ainda que temporária, dos ataques da oposição à sua gestão. Mais importante, derrubou a tese do “duplo comando”, defendida pela imprensa e por alguns acadêmicos, que acreditavam que cabia a Néstor, e não a Cristina, a condução política do país. Pouco mais de um ano após a morte de Néstor, Cristina foi reeleita, em primeiro turno, no bojo do crescimento econômico e da redução da pobreza no país.

3.1 A Política Externa argentina

Néstor Kirchner indicava a orientação geral a ser seguida pela política externa de seu governo já durante sua campanha eleitoral. Em resposta aos desdobramentos da crise de 2001, o então candidato prometia “devolver à Argentina o exercício pleno de sua soberania.” (KIRCHNER apud SIMONOFF, 2006: 135, Tradução nossa).

Durante seu mandato, a busca pela autonomia nas negociações internacionais se fez presente nas negociações com o FMI e com os credores externos, quando manteve posturas firmes em defesa do modelo econômico que vinha sendo introduzido na Argentina (SILVA, 2009). Russell e Toklatian entendem que a dura posição adotada por Kirchner nestas negociações teve como objetivo alavancar a imagem do presidente no nível interno, tendo em vista a baixa legitimidade de origem do presidente, que havia sido somente o segundo colocado no primeiro turno das eleições de 2003 (RUSSELL; TOKLATIAN, 2004).

Vale ressaltar que Kirchner contou com maior margem de manobra, conferida pela reorientação da política externa norte-americana, que priorizava ações aderentes à “guerra contra o terror”, promovida após os atentados de 11 de setembro de 2001. A política externa norte-americana do período passou a se pautar pela ênfase na segurança nacional,

⁸ Poucos meses depois, este ministério daria lugar ao Ministério da Indústria e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca.

o que relegou a América Latina a um papel secundário na sua agenda. Neste contexto, os países da região, incluindo a Argentina, puderam adotar estratégias de desenvolvimento com maior autonomia em relação à superpotência (VADELL, 2006).

A busca pela autonomia não se confundiu, porém, com o isolamento do país. No âmbito regional, a Argentina reforçou a necessidade de aprofundamento do processo de institucionalização do Mercosul. Néstor Kirchner rechaçou a iniciativa brasileira em torno da consolidação da Unasul, bloco regional que abrange todos os países sul-americanos, e que já vinha sendo gestado há alguns anos⁹. Kirchner, por sua vez, privilegiava uma visão (no longo prazo) de integração com a América Latina, espaço regional que o Brasil havia abandonado desde a criação do Nafta. De fato, Kirchner apoiou a entrada da Venezuela no Mercosul, iniciativa que objetivava contrabalançar a preponderância brasileira no bloco (RUSSELL; TOKLATIAN, 2004).

As diferenças entre as perspectivas acerca da integração regional entre Brasil e Argentina foram atenuadas com a eleição de Cristina Fernández de Kirchner, em 2007. Embora Cristina tenha dado prosseguimento à busca pela autonomia como eixo da política externa argentina, efetuou ajustes: (i) reduziu o tom de confrontação frente aos Estados Unidos, ainda que as divergências entre os dois países nunca tenham efetivamente se dissipado; (ii) reforçou a posição do Brasil enquanto parceiro estratégico; (iii) apoiou iniciativas voltadas para o fortalecimento da dimensão política da integração sul-americana. Neste ponto, a escolha de Néstor Kirchner para a presidência da Unasul, em 2008, é emblemática (CEPIK; PERGHER SILVA, 2011). A aproximação em relação ao Brasil não implicou em perda relativa de importância da Venezuela, destacando a importância do país para o suprimento energético da América do Sul.

Embora Cristina tenha reconhecido a importância da parceria com o Brasil para o fortalecimento conjunto entre os dois países para uma inserção internacional positiva, problemas relacionados ao comércio bilateral passaram a ganhar destaque em seu governo. Entre 1996 e 2003, a Argentina registrava superávits comerciais em relação ao Brasil que giravam em torno de um bilhão de dólares anuais, cerca 10% do intercâmbio total. A partir de 2004, porém, a balança se inverteu, favorecendo fortemente as exportações brasileiras: o superávit brasileiro em 2004 foi de 1,8 bilhões de dólares, passando a quatro bilhões em 2007. Além disso, a pauta exportadora brasileira era composta basicamente por manufaturas, mas estas constituíam somente um terço das exportações da Argentina ao Brasil (CERVO, 2010).

Em razão de restrições externas, o governo Cristina Kirchner buscou equilibrar a balança comercial do país recorrendo a mecanismos heterodoxos, como a adoção de licenças não-automáticas para importação e a chamada política “*Uno a Uno*”, que condiciona a importação, por parte das empresas, à exportação de um produto de igual valor.

Vale mencionar que, ao contrário do caso brasileiro, a política externa argentina se identifica, historicamente, como uma política de governo, e não como uma política de Estado. No país, não há uma burocracia profissional altamente especializada como o Itamaraty, o que

9 Desde 2000, quando Fernando Henrique Cardoso era presidente do Brasil e Fernando de la Rúa ocupava a presidência da Argentina, já se vislumbravam divergências em torno da criação de um bloco sul-americano. De um lado, o Brasil convocou a Primeira Cúpula de Presidentes da América do Sul, que incluíam também líderes da Guiana e do Suriname. Por outro lado, a chancelaria argentina rechaçou a intenção de formação de um bloco regional de alcance subcontinental a partir da reunião (RUSSELL; TOKLATIAN, 2004).

ajuda a explicar esta característica.

A política externa argentina do período deve ser analisada a partir de dois prismas distintos: no primeiro momento, prevalecia a *situação de emergência*, que levou o presidente Néstor Kirchner a priorizar uma agenda autônoma frente aos organismos internacionais, particularmente o FMI. Também se contrapôs a credores estrangeiros e a empresas multinacionais que operavam no país. Desta forma, viabilizava-se a consecução de sua agenda de desenvolvimento. Neste período, os demais objetivos da política externa – como a integração regional – foram relegados a uma posição secundária, que só poderiam ser abordados após a estabilização interna do país.

No segundo momento, durante o governo Cristina Kirchner, as condições econômicas e sociais já haviam se recuperado da deterioração experimentada durante a crise de 2001. Seu governo pôde, neste novo contexto, efetuar ajustes na estratégia de política externa adotada por seu antecessor. As restrições externas, porém, ainda se mantinham: parte dos credores não aceitaram os termos da reestruturação da dívida pública ocorrida em 2005. Seus títulos ainda se encontravam em moratória. Por isso, o acesso ao crédito internacional era muito limitado. Consequentemente, a manutenção das reservas cambiais dependia da manutenção de saldos positivos na balança comercial e do equilíbrio das contas públicas. Quando estes indicadores se deterioraram, o governo Cristina Kirchner teve que lançar mão de medidas heterodoxas, como as chamadas “licenças não automáticas” e a política *Uno a Uno*. Novamente, os demais objetivos da política externa argentina foram subordinados a questões prioritárias (e emergenciais) que se encontravam na sua agenda de desenvolvimento doméstico.

4. AS RELAÇÕES BRASIL-ARGENTINA NOS GOVERNOS LULA E NÉSTOR E CRISTINA KIRCHNER: AS AGENDAS BILATERAL, REGIONAL E GLOBAL

Em 2003, a eleição de Lula, no Brasil, e Néstor Kirchner, na Argentina, apoiados por uma plataforma de rejeição ao neoliberalismo, em defesa de propostas progressistas, ensejou expectativas de convergência entre os dois países, com um possível “relançamento” do Mercosul – cujo processo de institucionalização padecia de paralisia desde as crises financeiras que enfrentaram os países do bloco (Brasil, em 1998; Argentina, em 2001; e Uruguai, em 2002).

De fato, a dimensão estritamente comercial da integração regional – o chamado “regionalismo aberto” – foi relegado a uma posição marginal na agenda da política externa, passando a ganhar destaque a dimensão política da integração, como revela a criação da Unasul. Além disso, enfatizou-se a integração física, não somente entre os países do Mercosul, mas da América do Sul como um todo. Neste ponto, merece destaque a criação de IIRSA, que prevê incentivos para projetos de integração em transporte, comunicações e energia.

Segundo Cervo, o governo Lula esperava a colaboração da Argentina, do governo Néstor Kirchner, em quatro pontos:

1. O primeiro e maior escopo da política exterior de Lula consiste em atenuar aquelas dependências estruturais a que nos referimos: financeira, empresarial e tecnológica. Isso se fará pelo reforço do núcleo central da economia nacional, para o qual muito pode contribuir o processo de integração regional.

2. O segundo maior escopo da política exterior de Lula consiste em erguer uma unidade política, econômica e de segurança da América do Sul, precisamente porque o fortalecimento do núcleo de poder passa pela boa gerência das relações com a vizinhança. Sem o engajamento concreto, político e econômico, de Brasil e Argentina, esse núcleo de matriz regional, nunca existirá.
3. O terceiro maior escopo da política exterior de Lula consiste em trazer para o mundo real o multilateralismo utópico da fase anterior e negociar interesses compartilhados entre ricos e pobres no comércio, nos fluxos de capital, na questão do meio ambiente, dos direitos humanos e da segurança internacional. Acionando-se o eixo Brasil-Argentina nessa esfera do multilateralismo, as chances serão maiores.
4. O quarto maior escopo da política exterior de Lula consiste em reforçar o Mercosul, superando as fragilidades que o bloco evidenciou em seus doze anos de vida. Nesse sentido, requer-se a colaboração entre Brasil e Argentina em sete pontos: a) a convergência de suas políticas exteriores; b) a coordenação de políticas macroeconômicas; c) a eliminação de medidas unilaterais no comércio bilateral; d) o combate coordenado das desigualdades internas e entre as nações; e) a articulação das políticas cambiais e monetárias; f) a administração da solidariedade em momentos de crise; g) a criação de instituições comunitárias. (CERVO, 2003: 24-25).

As expectativas iniciais de convergência se expressaram na reafirmação da parceria estratégica entre Brasil e Argentina. Esta parceria é considerada essencial para o avanço do processo de integração regional. A defesa de um projeto de desenvolvimento alternativo ao neoliberalismo também se fez presente, tendo sido expressa de modo mais enfático com a assinatura do “Consenso de Buenos Aires”. Entre outros temas, firmava-se um compromisso em defesa da integração regional, da coordenação nos foros multilaterais e da implementação de políticas de estímulo à produção e à geração de emprego. A assinatura do “Consenso de Buenos Aires” indicava a intenção de se superar o “Consenso de Washington”, em voga durante a década de 90 (RUSSELL; TOKLATIAN, 2004; VÁZQUEZ; BRICEÑO RIUZ, 2009).

Logo ficaram claras, contudo, as divergências entre os dois países no que tange à busca do Brasil por se consolidar enquanto líder regional, com o propósito mais amplo de formação de uma aliança sul-americana nas negociações no âmbito das instituições internacionais, sob liderança brasileira. Como posto anteriormente, a Argentina, no governo Néstor Kirchner, rechaçou as pretensões brasileiras pela liderança regional (LESSA, 2010). Paradoxalmente, o avanço do Brasil na posição de potência intermediária não encontrou correspondência na consolidação da sua liderança no âmbito regional (MALAMUD, 2010).

A postura crítica da Argentina em relação ao Brasil se tornou patente no que diz respeito à demanda brasileira por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, rechaçada pelo governo argentino (LESSA, 2010; MALAMUD, 2010). Também se revelou nas negociações ocorridas no âmbito da Rodada de Doha da OMC, quando o Brasil aceitou implementar concessões no setor industrial em troca do maior acesso aos mercados agrícolas dos países desenvolvidos. Esta barganha era considerada inconcebível pelos negociadores argentinos, visto que contrariava a industrialização substitutiva de impor-

tações vigente no país. O então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, rechaçou, na oportunidade, a necessidade de concertação entre os países do Mercosul nas negociações da OMC (ACTIS, 2011).

Nem tudo foram divergências entre Brasil e Argentina. Ambos concordavam com a necessidade de reforma do sistema financeiro internacional, inclusive no processo decisório do FMI. Nas reuniões do G-20 financeiro, os dois países apresentaram propostas comuns em favor da maior regulamentação das finanças internacionais (ACTIS, 2011).

No âmbito regional, houve convergência quanto à necessidade de aprofundar o Mercosul, incluindo a adesão da Venezuela no bloco, a formação do Parlamento do Mercosul (Parlasul) e a criação do Fundo para Convergência Estrutural (Focem). O processo de institucionalização do Mercosul esbarrou, contudo, em diversos obstáculos. O Parlasul, órgão de caráter consultivo, não adquiriu a importância esperada, tendo sido postergada a instituição do voto popular direto para os representantes de cada país no parlamento regional. O Focem, que visava atender as demandas dos sócios menores do bloco (Uruguai e Paraguai), manteve linhas de financiamento de alcance limitado.

Os avanços pouco significativos no processo de institucionalização do Mercosul se devem, por um lado, ao fato de a Argentina ter priorizado seus próprios problemas econômicos na agenda política, relegando o bloco a uma posição secundária (ONUQUI, 2008). Por outro lado, as pretensões brasileiras a uma posição de liderança em nível regional geraram desconfiança entre os demais membros do bloco (MALAMUD, 2010). Deve-se destacar também o impacto negativo do conflito entre Uruguai e Argentina em torno da instalação de indústrias de celulose no Uruguai, próximo à fronteira entre os dois países. Este conflito não foi adequadamente processado nas instâncias institucionais do Mercosul (PALERMO, 2006).

No nível bilateral, as relações entre Brasil e Argentina se viram estremecidas por questões comerciais. Desde 2003, verifica-se a reversão dos saldos comerciais positivos que a Argentina mantinha com o Brasil, apresentando déficits crônicos na balança comercial. Salienta-se que a Argentina importou, basicamente, bens industrializados de origem brasileira (como automóveis), ao passo que as vendas para o vizinho maior se concentraram em produtos primários (BEKERMAN; MONTAGU, 2009). Como posto anteriormente, os governos Néstor e Cristina Kirchner impuseram barreiras às importações, que foram objeto de controvérsia. Diversas reuniões bilaterais em nível ministerial foram mantidas, com o objetivo de resolver o imbróglio. Cumpre destacar que, no entanto, estas diferenças nunca adquiriram centralidade nas negociações em nível presidencial, sendo consideradas, pelo governo brasileiro, como questões técnicas, marginais ao processo de integração.

No período, registraram-se importantes transações na rubrica de investimentos estrangeiros brasileiros na Argentina. Empresas brasileiras compraram participações em empresas argentinas tradicionais, como Quilmes, Perez Companc, Loma Negra, Alpargatas e Acindar. Não obstante estas importantes transações, os investimentos brasileiros na Argentina caíram durante os governos Néstor e Cristina Kirchner em comparação ao período anterior (CERVO, 2010).

Contrariando as expectativas iniciais, as relações entre Brasil e Argentina durante os governos Lula e Néstor e Cristina Kirchner não levaram a um *relançamento* do processo de

integração, com ênfase em estratégias compartilhadas de desenvolvimento. Não houve avanço em *nenhum* dos sete pontos levantados por Cervo (2003), considerados necessários para a institucionalização do processo de integração. Brasil e Argentina adotaram estratégias próprias de desenvolvimento nacional, sem comprometimento com a construção de uma agenda comum em torno do desenvolvimento econômico e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração entre Brasil e Argentina entre 2003 e 2010 enfrentou um processo de paralisia, não obstante a convergência ideológica entre seus governos (Lula e Néstor e Cristina Kirchner), autolocalizados à centro-esquerda do espectro ideológico. Ambos os governos adotaram estratégias de desenvolvimento doméstico com ênfase no fomento ao mercado consumidor e na inclusão social.

A convergência entre as perspectivas adotadas no nível doméstico, que visavam superar os legados negativos deixados pelas políticas neoliberais prevalecentes na década de 90, trouxe otimismo quanto à possibilidade de aprofundamento da integração entre Brasil e Argentina, que poderia se voltar para o compartilhamento das estratégias de desenvolvimento nos planos bilateral e regional, em contraposição ao modelo de “regionalismo aberto” que havia prevalecido durante o período neoliberal. De fato, ambos os países reconheceram a importância da sua parceria estratégica para o impulso à integração regional e à competitividade de seus setores produtivos no mercado internacional. No entanto, as relações entre Brasil e Argentina foram fortemente influenciadas pelas suas respectivas estratégias domésticas de desenvolvimento. Não ocorreu o esperado compartilhamento entre estratégias de desenvolvimento, mas a defesa de setores produtivos domésticos, o que acabou por frear o processo de integração.

Destacar a importância destes “jogos de dois níveis” não impede que se reconheça também a influência da assimetria de poder existente na América do Sul – com predominância do Brasil em relação aos seus vizinhos – sobre as agendas externas conduzidas. O governo argentino não apoiou as pretensões brasileiras pela liderança regional, tampouco suas pretensões de proeminência em nível global. No nível das relações bilaterais, rechaçou desequilíbrios, que acabavam por reforçar a assimetria existente.

O Brasil, por sua vez, lançou mão de uma inserção internacional a partir da participação em grupos de geometria variável que, muitas vezes, não contavam com a participação da Argentina. O Brasil buscou alicerçar sua atuação enquanto *player* global – ainda que na posição de potência intermediária – o que, por diversas vezes, excluía a necessidade de coordenação com a Argentina.

A projeção internacional que o Brasil adquiriu recentemente tem levantado demandas para que o país assuma os *custos* da liderança, demandas estas que também são apresentadas pela Argentina. Como afirma Bernal-Meza, “[a]pesar dos objetivos estratégicos que o Brasil propôs com o Mercosul, paradoxalmente, esse o país mantém a presunção que pode assumir uma liderança regional sem pagar custos econômicos.” (BERNAL-MEZA, 2008:162).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACTIS, Esteban. (2011), **“La política exterior argentina frente al “gigante sudamericano”: hacia un nuevo diseño del vínculo con Brasil”**, *Observatório Político Sul-americano (OPSA)*, vol. 6, nº 4.

ALMEIDA, Paulo Roberto. (2004), **“Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula”**, *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 47, nº 1: 162-184.

ARGENTINA. Administración Nacional de Seguridad Social. (2011) **“Asignación Universal por Hijo”**. Disponível em: <http://www.anses.gob.ar/AAFF_HIJO2/>. Acesso em 21 abr.2012.

BEKERMAN, Marta; MONTAGU, Haroldo. (2009), **“Impacto dos fatores macro e micro-econômicos nas relações comerciais: o caso da Argentina e do Brasil”**, *Contexto Internacional*, vol. 31, nº 1: 115-158.

BERNAL-MEZA, Raúl. (2008), **“Argentina y Brasil en la Política Internacional: regionalismo y Mercosur (estrategias, cooperación y factores de tensión)”**, *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol.51, nº 2: 154-178.

BONVECCHI, Alejandro; GIRAUDY, Augustina. (2007), **“Argentina: crecimiento económico y concentración del poder institucional”**, *Revista de Ciencia Política*, vol. 27, nº especial: 29-42.

BONVECCHI, Alejandro; GIRAUDY, Augustina. (2008), **“Argentina: victoria presidencial oficialista y tensiones en el esquema macroeconómico”**, *Revista de Ciencia Política*, vol. 28, nº 1: 35-59.

BOSCHI, Renato. (2010), **“Politics and trajectory in Brazilian capitalist development: recent trends”**. Preparado para apresentação no seminário *The Revival of Political Economy: prospects for sustainable provision*, Coimbra, Portugal.

BOSCHI, Renato. (2011) **“Instituições, trajetórias e desenvolvimento: uma discussão a partir da América Latina”**, in: R. Boschi (org.), *Variedades de Capitalismo, Política e Desenvolvimento da América Latina*, Belo Horizonte, Ed. UFMG.

CEPIK, Marco; PERGHER, Natasha. (2011), **“A Política de Integração Regional da Argentina na Era Kirchner”**, *Conjuntura Austral*, vol. 03: 15-30.

CERVO, Amado Luiz. (2003), **“Que espera de Kirchner o Brasil e Lula?”**, *Meridiano 47*, nº 36/37: 24-25.

CERVO, Amado Luiz. (2010), **“Brazil’s rise on the international scene: Brazil and the world”**, *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 52, nº especial: 07-32.

DELAMATA, Gabriela. (2008), **“Luchas sociales, gobierno y Estado durante la presidencia de Néstor Kirchner”**, *Análise de Conjuntura OPSA*, nº. 02.

ETCHEMENDY, Sebastián; COLLIER, Ruth. (2008), **“Golpeados pero de pie. Resurgimiento sindical y neocorporativismo segmentado en Argentina (2003-2007)”**, *Post-Data 13*, nº 13: 145-192.

- FONSECA, Ana Maria Medeiros da; VIANA, Ana Luiza D'Ávila. (2007), **“Direito à saúde, atenção básica e transferências condicionadas de renda na América Latina”**, *Revista de Ciência & Saúde Coletiva*, vol.12, nº 6: 1505-1512.
- FRENKEL, Roberto; RAPETTI, Martín. (2006), **“Monetary exchange rates policies in Argentina after the Convertibility regime collapse”**, *Nuevos Documentos CEDES*, nº 20.
- ERBER, Fabio. (2011), **“As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política”**, *Revista de Economia Política*, vol. 31, nº 1: 31-55.
- LESSA, Antonio Carlos. (2010), **“Brazil's strategic partnerships: an assessment of the Lula era (2003-2010)”**, *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 53, special edition: 115-131.
- MALAMUD, Andres. (2011), **“A Leader without Followers? The Growing Divergence Between the Regional and Global Performance of Brazilian Foreign Policy”**, *Latin American Politics and Society*, vol. 53, nº 3: 01-24.
- OLIVEIRA, Marcelo Fernandes. (2005), **“Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o Ibas e o G-20”**, *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 08, nº 2: 55-69.
- ONUKEI, Janina. **“A nova Argentina e o futuro da integração”**, *PONTES entre comércio e o desenvolvimento sustentável*, vol. 04, nº 1: 22-24.
- PALERMO, Vicente. (2006), **“La disputa entre Argentina y Uruguay por la construcción de las plantas procesadoras de celulosa en Fray Bentos”**, *Análise de Conjuntura OPSA*, nº 11.
- PUTNAM, Robert. (1993), **“Diplomacy and Domestic Politics: the logic of two-level games”**, In: P.B. Evans; H. K. Jacobson; R. Putnam (ed.), *Double-Edged Diplomacy: international bargaining and domestic politics*, Berkeley, University of California Press: 431-468.
- RUSSELL, Roberto; TOKLATIAN, Juan Gabriel. (2004), **“A Crise na Argentina e as relações com o Brasil e os Estados Unidos: continuidade e mudança nas relações triangulares”**, *Contexto Internacional*, vol. 26, nº 1: 107-148.
- SARAIVA, Miriam Gomes. (2010), **“Brazilian foreign policy towards South America during the Lula administration: caught between South America and Mercosur”**, *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 53, nº especial: 151-168.
- SILVA, Roberta R. M. (2009), **“A Argentina entre as reformas econômicas neoliberais e a redefinição das relações com o FMI (1989-2007)”**, *Revista de Sociologia e Política*, vol. 17, nº 33: 13-37.
- SIMONOFF, Alejandro. (2006), **“Estructura y coyuntura en la Política Exterior de Néstor Kirchner (2003-2005)”**, *Relaciones Internacionales*, nº 31: 133-201.
- VADELL, Javier. (2006), **“A Política Internacional, a Conjuntura Econômica, e a Argentina de Néstor Kirchner”**, *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 49, nº 1: 194-214.
- VADELL, Javier; LAMAS, Bárbara; RIBEIRO, Daniela. (2009), **“Integração e desenvolvimento no Mercosul: divergências e convergências nas políticas econômicas nos governos Lula e Kirchner”**. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 17, nº 33: 39-54.

VÁZQUEZ, Mariana; BRICEÑO RIUZ, José. (2009), **“O Mercosul na época de Lula e Kirchner: um balanço, seis anos depois”**, *Nueva Sociedad*, nº especial: 33-48.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. (2007), **“A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação”**, *Contexto Internacional*, vol. 29, nº 2: 273-335.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; SILVA, André Luiz Reis da. (2010), **“Brazil and the economic, political, and environmental multilateralism: the Lula years (2003-2010)”**, *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 53, nº especial: 54-72.



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Departamento de
Ciência Política
Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política